

CADERNO DE ENCARGOS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

**“P175/2022 - Produção de Portfólio Fotográfico e produção de
animação gráfica”**

CONSULTA PRÉVIA

ÍNDICE

	Páginas
CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	3
Cláusula 1. ^a – Definições	3
Cláusula 2. ^a – Objecto	3 e 4
Cláusula 3. ^a – Forma e documentos contratuais	4
Cláusula 4. ^a – Prazo de vigência	4
CAPÍTULO II – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	5
SECÇÃO I – OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS	5
SUBSECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	5
Cláusula 5. ^a – OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO PRESTADOR DE SERVIÇOS	5
Cláusula 6. ^a – Garantia de continuidade da prestação dos serviços	5
SUBSECÇÃO II – DEVER DE SIGILO	5
Cláusula 7. ^a – Objecto do dever de sigilo	5 e 6
Cláusula 8. ^a – Prazo do dever de sigilo	6
SECÇÃO II – OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE OURÉM	6
Cláusula 9. ^a – Preço contratual e preço base	6
Cláusula 10. ^a – Condições de pagamento	6 e 7
CAPÍTULO III – PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO	7
Cláusula 11. ^a – Penalidades contratuais	7
Cláusula 12. ^a – Força maior	8
Cláusula 13. ^a – Resolução por parte do contraente público	8
Cláusula 14. ^a – Resolução por parte do fornecedor	9
CAPÍTULO IV – RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS	9
Cláusula 15. ^a – Foro competente	9
CAPÍTULO V – DISPOSIÇÕES FINAIS	9
Cláusula 16. ^a – Seguros	9
Cláusula 17. ^a – Subcontratação e cessão da posição contratual	9
Cláusula 18. ^a – Comunicações e notificações	9
Cláusula 19. ^o – Contagem dos prazos	9
Cláusula 20. ^a – Legislação aplicável	9
Anexo I	10
Anexo II	16

CADERNO DE ENCARGOS

Capítulo I Disposições gerais

Cláusula 1.^a

Definições

Para o efeito do presente Caderno de Encargos os seguintes termos, quando utilizados em letras maiúsculas, têm o seguinte significado:

1. **MO** – Município de Ourém;
2. **CE** – o caderno de encargos do PROCEDIMENTO;
3. **CCP** – o Código dos Contratos Públicos aprovado e publicado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
4. **CONTRATO** – o contrato a celebrar na sequência da adjudicação a efectuar no âmbito do PROCEDIMENTO;
5. **ENTIDADE ADJUDICANTE** – MO;
6. **ENTIDADE ADJUDICATÁRIA** – Prestador de serviços;
7. **PROCEDIMENTO** – Ajuste Direto n.º P175/2022;
8. **PROPOSTA** – a proposta apresentada ao PROCEDIMENTO pelo adjudicatário;
9. **SERVIÇOS OBJETO DO CONTRATO** – todos os serviços referidos na cláusula seguinte a prestar pelo adjudicatário nos termos do presente CE.

Cláusula 2.^a

Objeto

1 - O presente CE compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do presente procedimento, que tem por objeto **a produção de portfólio fotográfico e produção de animação gráfica**, nos termos do Anexo I ao presente CE.

2 - Antes da abertura do procedimento foi efetuada consulta informal ao mercado, pelo que se inclui essa informação do presente CE, conforme Anexo II.

Cláusula 3.^a

Forma e documentos contratuais

1 — O contrato é composto pelo respectivo clausulado contratual e os seus anexos.

2 — O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do CE identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as rectificações relativos ao CE;
- c) O presente CE;
- d) A proposta adjudicada; e,
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respectiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4 — Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 4.^a
Prazo de vigência

1. O contrato vigora durante **5 (cinco) meses**.
2. A cessação do contrato nos termos do número anterior, não prejudica as demais obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Capítulo II
Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do fornecedor
Subsecção I
Disposições gerais

Cláusula 5.^a
Obrigações principais do prestador de serviços

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente CE ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de prestação, com zelo, dos serviços identificados na sua proposta; e,
- b) Obrigação de continuidade de prestação dos serviços.

Cláusula 6.^a
Garantia de continuidade da prestação dos serviços

O prestador de serviços deve assegurar a continuidade da prestação de serviços objecto do contrato até ao valor máximo de adjudicação que o MO está disposto a pagar, que corresponde ao preço base referido no n.º 3, da cláusula (9.^a) nona do presente CE.

Subsecção II

Dever de sigilo

Cláusula 7.^a

Objecto do dever de sigilo

1 — O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao município de Ourém, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 — A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objecto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado directa e exclusivamente à execução do contrato.

3 — Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respectiva obtenção pelo fornecedor ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 8.^a

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de (5) cinco anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à protecção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas colectivas.

Secção II

Obrigações do município de Ourém

Cláusula 9.^a

Preço contratual e preço base

1 — Pela prestação dos serviços objecto do contrato o MO deve pagar ao prestador de serviços o preço correspondente à execução de todas as prestações que constituem o seu objecto, que equivale ao preço contratual.

2 — O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte do prestador de serviços para a sede do MO, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

3 — O preço base corresponde ao montante de **(19.990,00 €) dezanove mil, novecentos e noventa euros.**

Cláusula 10.^a

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo MO nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de (60) sessenta dias, observando o cumprimento às normas estabelecidas no sistema de controlo interno do MO, particularmente, face à

especificidade dos mecanismos de verificação da regularidade orçamental, financeira e económica subjacente aos processos de despesa pública e aos ganhos de eficiência e operacionalidade, no estabelecimento de planos de gestão de tesouraria mensais, com períodos de pagamento delimitados temporariamente.

2. Para o efeito dos números anteriores, considera-se vencida a obrigação com a realização dos serviços objeto do contrato.

3. Em caso de discordância por parte do MO, quanto aos valores indicados nas faturas/recibos, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura/recibo corrigida.

4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas/recibo são pagas através de cheque, transferência bancária ou numerário, consoante for mais fácil ao MO.

5. Nas condições de pagamento a apresentar pelos concorrentes não podem ser propostos adiantamentos por conta dos bens a fornecer devendo refletir a fatura/recibo, os serviços efetivamente fornecidos no período a que se refere.

6. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas/recibos são pagas através de cheque, transferência bancária ou numerário, consoante for mais fácil ao MO.

7. Nas condições de pagamento a apresentar pelos concorrentes não podem ser propostos adiantamentos por conta dos bens a fornecer devendo reflectir a factura, os serviços efectivamente fornecidos no período a que se refere.

Capítulo III

Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 11.^a

Penalidades contratuais

1 — Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o MO pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) Pelo incumprimento de qualquer um dos prazos de execução razoavelmente fixados em sede de execução do contrato, até 20% do montante correspondente à prestação mensal devida pelo MO, por cada dia útil de atraso ou não cumprimento.

2 — Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços o MO pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 20% do preço contratual.

3 — Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos serviços objecto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respectiva resolução.

4 — Na determinação da gravidade do incumprimento, o MO tem em conta, nomeadamente, a duração da infracção, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.

5 — O MO pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6 — As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o MO exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 12.^a

Força maior

1 — Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afectada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 — Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 — Não constituem força maior, designadamente:

a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;

b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;

d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;

e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;

f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;

g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 — A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 — A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 13.^a

Resolução por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave e reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

a) Pelo atraso, total ou parcial, na prestação de serviços objecto do contrato superior a 8 (oito) dias ou se o adjudicatário declarar por escrito que o atraso em determinada execução excederá esse prazo;

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e produz efeitos oito dias após a recepção dessa declaração, mas é afastado se o adjudicatário cumprir as obrigações em falta nesse prazo e proceder ao pagamento das penas pecuniárias correspondentes.

3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

Cláusula 14.^a

Resolução por parte do prestador de serviços

1 — Os fundamentos de resolução são os previstos na lei.

2 — O direito de resolução é exercido por via judicial, nos termos da Cláusula 15.^a.

3 — A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com excepção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

Capítulo IV **Resolução de litígios**

Cláusula 15.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo V **Disposições finais**

Cláusula 16.^a

Seguros

1. É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura, através de contratos de seguro de acidentes pessoais, de quaisquer riscos de acidentes pessoais sofridos pelo seu pessoal ou por pessoal dos seus subcontratados.

2. A entidade adjudicante pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos nos números anteriores, devendo o fornecedor apresentá-la no prazo de 7 (sete) dias.

Cláusula 17.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do CCP.

Cláusula 18.^a

Comunicações e notificações

1 — Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 — Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 19.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 20.^a

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

Ourém, 27 de setembro de 2022

O Presidente da Câmara,

(Luís Miguel Albuquerque)

ANEXO I

CLAUSULAS TÉCNICAS

TÍTULO DO PROCEDIMENTO:

Produção de portfólio fotográfico e produção de animação gráfica

ENQUADRAMENTO:

O presente procedimento foi incluído em candidatura, aprovada, no âmbito do Programa Operacional de Assistência Técnica (POAT 2020) e visa a realização de um portfólio fotográfico e produção de animação gráfica, de 3 investimentos realizados e apoiados pelos **Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEED)**, que contribuíram, entre outros objetivos, para a melhoria da qualidade de vida das populações e desenvolvimento do seu território.

Desta forma, pretende-se a produção de um portfólio fotográfico por cada projeto realizado e a divulgar (no total de 3 projetos) e a produção de animação gráfica de 1,5 minutos por projeto.

PROJETOS A DIVULGAR (que obtiveram o apoio dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEED))

Os projetos a divulgar, sob a forma de fotografia e animação gráfica, são os seguintes:

1. Operação n.º CENTRO-03-5673-FEDER-000149 “Centro Escolar de Carvoeira”:

A anterior escola do Pré-escolar/ 1º Ciclo de Carvoeira localizada na Vila e Freguesia de Caxarias, foi concluída no ano 2002, tratando-se de uma infraestrutura em avançado estado de degradação e conservação, com sérias patologias de construção, designadamente com fissuras e graves infiltrações nas paredes. Acresce ainda referir que a sua capacidade se encontrava de ano para ano lotada, pelo queurgia criar um novo espaço digno com novas áreas dando assim resposta à crescente procura, investindo na educação, igualdade e homogeneidade no acesso ao ensino.

Neste sentido, e de modo a potenciar uma maior racionalização e maximização de recursos e sinergias, resultantes da proximidade e complementaridade a infraestruturas e meios já existentes, o novo Cento Escolar de Carvoeira, foi construído junto da Escola Básica 2, 3 Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão, com 4 salas de aula destinadas aos alunos do 1ºCiclo do Ensino Básico (CEB), 3 salas de aula destinados aos alunos da Educação Pré-Escolar e respetivos espaços de apoio, designadamente: Biblioteca, Polivalente, Laboratório, Ludoteca, Sala de Professores, Sala de Pessoal Auxiliar, entre outros. Na conceção do espaço foi previsto a existência de uma biblioteca com espaço informático e um laboratório, gabinete para docentes, espaço para unidades de ensino estruturado, sala de reuniões e de coordenação, um espaço multiusos/polivalente, favorecendo a realização das atividades de enriquecimento

curricular e dispondo das condições favoráveis ao desenvolvimento de um bom projeto educativo. A sua estruturação com espaços para Atividade de Animação e Apoio à Família (AAAF) e Componente de Apoio à Família (CAF), dinamizadas pelo Clube Aprender e Brincar (um serviço público) também evidencia a preocupação pela compatibilização da vida das famílias com o acesso ao ensino das crianças.

A opção pela construção do Centro Escolar de Carvoeira deveu-se aos seguintes fatores:

1. A existência de um conjunto de espaços que permitem oferecer outras condições à população estudantil tais como: biblioteca, laboratório, ludoteca, polivalente, etc.
2. A existência, na sua proximidade, de um conjunto de equipamentos, tais como piscina, pavilhão desportivo e campo de jogos, onde os alunos podem deslocar-se a pé para a prática desportiva;
3. A necessidade de rentabilizar e potencializar as multifuncionalidades contíguas à Escola Básica 2, 3 Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão, como por exemplo o refeitório;
4. Redução de custos de transporte pela concentração de alunos numa única escola;
5. Criação de igualdade de acesso a equipamentos educativos com o mesmo nível de qualidade face aos atuais centros escolares;
6. Centralidade e a facilidade de acessos do ponto de vista geográfico;
7. A concentração de alunos no Centro Escolar de Carvoeira.

O Centro Escolar de Carvoeira constitui-se, assim, como um equipamento educativo de referência, correspondente claramente a um espaço com as melhores e mais modernas condições educativas para estas crianças, potenciando a rentabilização de recursos humanos, meios técnicos e pedagógicos.

2. Operação n.º CENTRO-09-2316-FEDER-000124 “Expansão do Parque Ribeirinho Dr. António Teixeira - 1ª fase”:

O Parque Ribeirinho Dr. António Teixeira - Ourém é um local onde ocorrem inúmeras atividades, do mais diverso teor, sejam desportivas ou recreativas. Tornou-se assim num parque de eleição e de referência para as todas as gerações, (desde a sua inauguração em 2005), tanto para a prática desportiva envolvida com a natureza, como para um simples passeio relaxante à beira da ribeira de Seiça, observando a bela paisagem característica deste espaço. É sem dúvida um espaço da cidade acolhedor e relaxante.

O Parque tornou as “tardes de verão”, e a animação noturna da cidade de Ourém, através de espaço destinado a cafetaria/bar/restauração, uma grande referência, para todas as gerações.

O parque ainda acolhe os mais variados eventos como por exemplo: espetáculos musicais, como as festas da cidade de Ourém ou a realização de feiras, como é exemplo a feira “de

Santa Iria” num contexto mais lúdico e de diversão ou uma simples feira (mercado municipal), num contexto mais de comércio (compra e venda de produtos), como ocorre todas as quintas-feiras e sábados semanais.

Concluiu-se assim que o espaço, é de uma polivalência enorme e de uma importância extrema para a cidade, para o seu desenvolvimento, necessitando, assim, da sua ampliação para que a cidade de Ourém seja alvo de um crescimento sustentável entre edifícios e espaços verdes, tornando-se dessa forma numa cidade capaz de oferecer aos seus habitantes, uma melhor qualidade de vida, com uma maior oferta das atividades lúdicas, permitindo à sua população que se desenvolva e tenha acesso a oportunidades recreativas e de lazer, de uma forma igual a outras cidades mais centralizadas.

Com a obra de Expansão do Parque Ribeirinho Dr. António Teixeira - 1ª fase dotou-se o espaço de mais 250m, beneficiando uma área desqualificada e sem qualquer ocupação, dotando a cidade de um espaço verde de maior dimensão e potenciando o desenvolvimento da fauna e flora.

Com a ampliação do parque ribeirinho Dr. António Teixeira atingiu-se os seguintes objetivos:

- Melhorou-se a qualidade paisagística da cidade (mais espaços verdes, limpeza da ribeira da seica);
- Desenvolveu-se a fauna e a flora desta zona da cidade, que se encontrava ao abandono;
- Promoveu-se a qualidade ambiental da cidade, designadamente através do aumento da área verde, do número de árvores e plantas, e por consequência maior produção de Oxigénio (O_2), logo menor poluição do ar;
- Promoveu-se o equilíbrio existente na cidade, entre edificações e espaços verdes;
- Permitiu-se um maior contacto direto da população com a natureza;
- Aumentou-se um espaço polifacetado da cidade, capacitado de diversas valências, sejam elas desportivas, sociais ou até mesmo culturais;
- Incrementou-se a criação de hábitos de vida saudáveis, através do aumento da zona pedonal, e de um reforço ao nível dos equipamentos desportivos, incentivando à prática de desporto por parte da população, desde corridas, a aulas levadas a cabo pelas associações locais, ou uma simples caminhada;
- Proporcionou-se à população um local calmo, relaxante, e potenciador de reflexões profundas, permitindo fugir ao caos habitual existente num centro urbano.

3. **Operação n.º CENTRO-05-4842-FEDER-000325 “Unidade de Cuidados de Saúde de Olival”:**

A Unidade de Cuidados de Saúde (UCS) de Olival funcionava no rés-do-chão do edifício sede da Freguesia. Além de ser antigo, este espaço não reunia as necessárias condições de higiene, materiais e tecnológicas para a prestação de cuidados de saúde à população daquela Freguesia. Havia a registar, desde logo, insuficiências nas condições de assistência e de conforto aos utentes que ali se deslocavam, dificultando não só o acesso, como também a qualidade assistencial dos cuidados de saúde à população, tais como:

humidades, deficientes acessibilidades, riscos biológicos para os trabalhadores do centro de saúde e seus utentes, entre outros.

Até então inutilizada, o Município avançou com a requalificação da antiga escola básica n.º 1 de Olival, permitindo instalar ali a Unidade de Cuidados de Saúde de Olival, concedendo às populações de melhores condições de acesso à rede pública de saúde e redução das assimetrias existentes no território.

Esta intervenção permitiu:

1. Reforçar a rede de infraestruturas de saúde no Concelho de Ourém;
2. Colmatar as diferenças em matéria de acesso e qualidade assistencial da rede pública de saúde;
3. Satisfazer as necessidades em saúde da população da União de Freguesias de Olival e Gondemaria;
4. Qualificar a rede de cuidados de saúde primários;
5. Melhorar e aumentar a acessibilidade e satisfação dos utentes;
6. Melhorar a satisfação dos profissionais envolvidos na prestação dos cuidados de saúde;
7. Melhorar a qualidade dos cuidados prestados; e
8. Aumentar a eficiência nos serviços.

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS RELATIVAS À PRODUÇÃO DE PORTFÓLIO FOTOGRÁFICO E ANIMAÇÃO GRÁFICA

Pretende-se:

- Produção de portfólio fotográfico, com 30 fotografias, por projeto a divulgar:
 - em formato de papel, a cores, tamanho A5;
 - em formato digital a entregar em pen drive (1 pen drive por projeto a divulgar);
- Produção de animação gráfica em 2D, de 1,5 minutos por projeto a divulgar, com recurso a ilustração e fotografia;
- A produção de portfólio fotográfico e da animação gráfica integra o trabalho de criação de guião, recolha de imagem, ilustração e criação de elementos gráficos, tratamento de imagem/fotografia, animação dos elementos (por minuto de animação), sonoplastia e locução.
- Introdução de publicidade alusiva ao financiamento do presente procedimento, mediante inscrição dos seguintes logotipos: POAT 2020, Portugal 2020 e União Europeia – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

ANEXO II

Consulta Preliminar ao Mercado

(n.º 4 do artigo 35.º - A do CCP)



Exmo. (s) Sr.(s)

Assunto: Orçamento para produção de vídeo animado 2D, com recurso a ilustração e fotografia.

Vimos pelo presente apresentar a nossa melhor proposta para produção de vídeo conforme descrito, detalhando algumas condições de realização do serviço a realizar, a saber:

Produção de Vídeo Animado em 2D com recurso a ilustração e fotografia.

- Criação de guião
- Recolha de imagem
- Ilustração e criação de elementos gráficos
- Tratamento imagem/fotografia
- Animação dos elementos (por minuto de animação)
- Sonoplastia
- Locução

Valor da proposta _ [REDACTED] (acrescidos de IVA)

Condições de pagamento _ pagamento a 30 dias da fatura, com apresentação mensal de pedidos de pagamento.

Nota: Adaptação a outros formatos, acresce um valor definido por formato.

Disponibilizamo-nos desde já para prestar os esclarecimentos que julguem necessários.

Despeço-me com elevada estima e consideração, aguardando com expectativa a vossa melhor validação à proposta que envio.



Com os melhores cumprimentos,

A Administração

(Marta Gil do Couto)

Fundão, 29 de Março de 2022